

A promoção de espaços inclusivos de publicação científica, com especial atenção às Ciências Sociais e às Ciências da Terra, constitui um dos pilares do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT). Esta diretriz institucional tem sido sustentada de forma dinâmica e interativa, refletindo-se na continuidade da *Revista de Geografia e Ordenamento do Território* (GOT), que ora apresenta o seu vigésimo oitavo número, o quarto publicado por meio da nova plataforma do *Open Journal Systems*.

Alinhada aos princípios da ciência aberta e às orientações da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), a presente edição reforça o compromisso do CEGOT com a democratização do conhecimento e com a difusão ampla dos resultados de investigação. Ao privilegiar o acesso livre e gratuito à produção científica, a GOT contribui ativamente para a valorização do conhecimento geográfico e para a sua articulação com os diferentes setores da sociedade e do sistema produtivo.

Este número reúne cinco artigos originais, todos redigidos em língua portuguesa, assinados por dez investigadores vinculados a distintas instituições de ensino superior: Universidade Estadual de Maringá (Brasil), CARE – Research Center on Health and Social Sciences do Instituto Politécnico de Portalegre (Portugal), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – campi Pau dos Ferros e Mossoró (Brasil), Universidade do Porto (Portugal) e Faculdade de Geografia do Campus de Ananindeua da Universidade Federal do Pará (Brasil).

O artigo de abertura, de autoria de Elisabete Diogo, intitula-se “*Dimensões da Prática para a Integração de Migrantes em Territórios de Baixa Densidade*”, e apresenta uma análise qualitativa centrada nos territórios do Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo. Através de entrevistas com técnicos sociais, a autora explora os mecanismos de integração de imigrantes internacionais e evidencia o papel destes agentes na revitalização e no desenvolvimento territorial em contextos marcados pela rarefação populacional. A abordagem reveste-se de elevada atualidade, dada a crescente centralidade das questões migratórias no debate geográfico e político contemporâneo.

No segundo artigo, Jovenildo Rodrigues e José Rio Fernandes examinam os processos de fragmentação socio espacial e recomposição metropolitana nas relações centro-periferia, a partir

de análise documental e de grupos focais. Os autores identificam a emergência de uma organização multicêntrica resultante das transformações nos padrões de mobilidade, habitação e consumo, destacando a necessidade de políticas públicas voltadas à promoção da coesão territorial e à mitigação das desigualdades intraurbanas.

O terceiro contributo, assinado por Diódenys Henriques, Jacimária Medeiros e Wendson Medeiros, propõe uma integração entre a geomorfologia e o geoturismo, tendo como área de estudo o Oeste Potiguar. A investigação realiza um inventário dos elementos do relevo granítico com potencial geoturístico — tais como *inselbergs*, *inselgebirges*, *tors*, *boulders*, *split rocks*, *lajedos* e afloramentos verticalizados — e propõe uma categorização de Locais de Interesse Geomorfológico. A análise, de natureza qualitativa, aponta para a relevância da geoconservação como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável e como vetor de valorização dos patrimônios natural e científico.

O quarto artigo, de Karen Solek e Fabíola Cordovil, adota uma perspectiva histórico-territorial para examinar as dinâmicas fronteiriças associadas ao extinto Território Federal do Iguazu. A partir da análise das políticas públicas de colonização, as autoras discutem a diversidade dos espaços urbanos nos Vales Coloniais Sulinos situados na Faixa de Fronteira Nacional brasileira no final do século XX. A abordagem metodológica combina escalas de análise e interpreta as relações entre conflito e conciliação territorial por meio de um modelo indutivo-dedutivo.

Encerrando a edição, Livânia de Oliveira e Marcos Castro apresentam um estudo sobre a bacia hidrográfica do rio Xingu, na região amazônica. O artigo enfatiza a importância das políticas de planeamento e gestão territorial para a conservação dos recursos naturais e para a sustentabilidade das comunidades locais. A partir da análise cartográfica do uso e cobertura do solo, os autores identificam transformações na vegetação nativa e observam que as terras indígenas e unidades de conservação são significativamente menos impactadas por ações antrópicas, configurando-se como espaços estratégicos para a preservação ambiental e para a salvaguarda da diversidade cultural e socioeconómica da região.

Registamos, com apreço, o contributo dos autores para esta edição da *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, cuja partilha científica promove o intercâmbio de saberes, reforça redes de investigação e contribui para a consolidação das geografias teóricas e aplicadas no contexto lusófono e ibero-americano.

Coimbra, 30 de dezembro de 2024